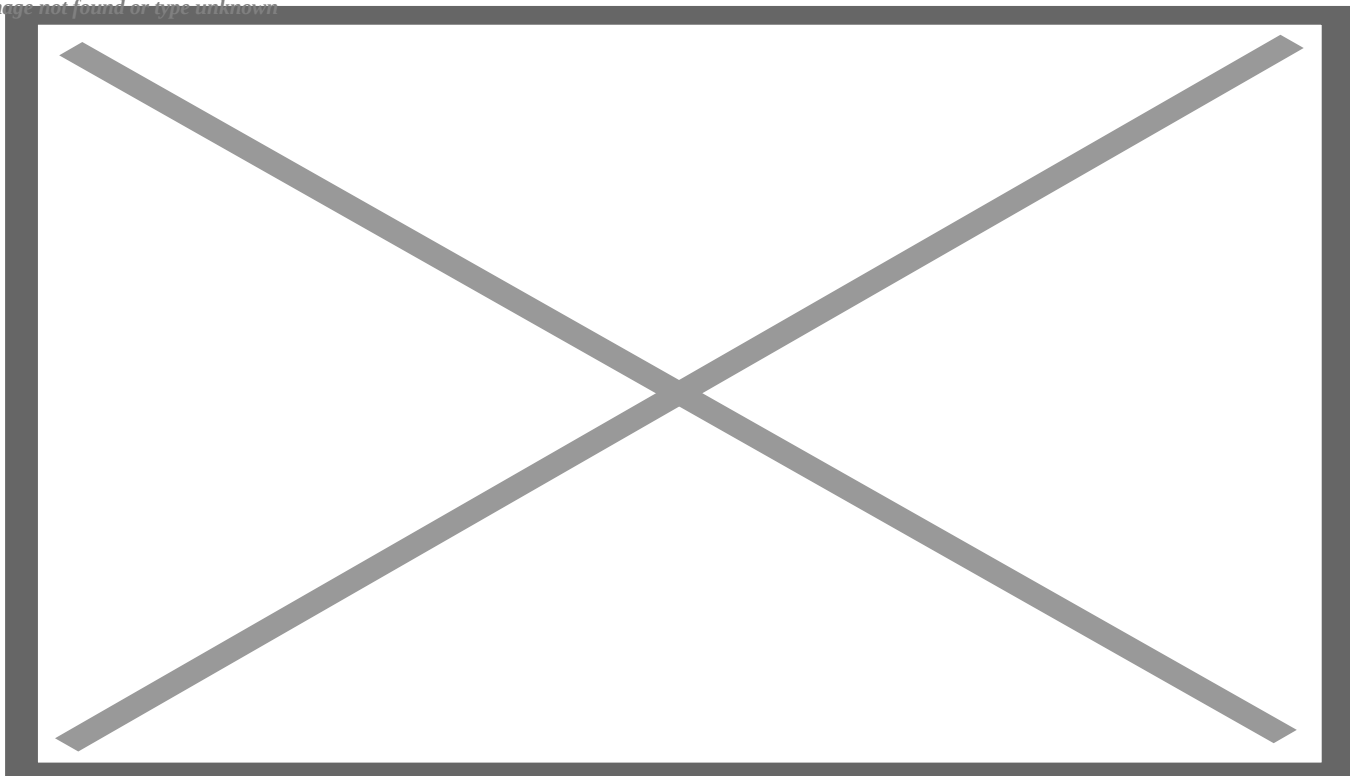


Bases militares estrangeiras, a aposta do presidente Noboa

Image not found or type unknown



Bases militares extranjeras voltarão ao Equador?

Por María Josefina Arce

Em 2009, a questionável base de Manta foi fechada e os soldados norte-americanos lá destacados foram embora. O Equador recuperou sua soberania total e fechou as portas para os interesses estrangeiros.

A nova Constituição, aprovada por referendo em 2008 pelo então presidente Rafael Correa, estava sendo cumprida, e seu artigo 5 proibia o estabelecimento desses enclaves em território equatoriano.

Mas o presidente Daniel Noboa, escudado pelo alto nível de insegurança no país andino, uma das principais preocupações dos cidadãos, e com o argumento de combater o crime organizado, voltou a falar na presença militar estrangeira em solo equatoriano.

Em outubro do ano passado, Noboa propôs uma reforma constitucional para permitir bases estrangeiras em território nacional e a mesma foi aprovada nos últimos dias pela Assembleia Nacional.

Organizações sociais, políticas e de direitos humanos questionaram a reforma constitucional e lembraram que em nenhum país a presença de militares estrangeiros deu os resultados esperados na luta contra o crime organizado.

O Movimento de Unidade Plurinacional Pachakutik destacou que, em outros países, essas forças também foram usadas para reprimir movimentos sociais e opositores políticos, bem como para proteger territórios entregues a empresas estrangeiras.

O partido Revolución Ciudadana (Revolução Cidadã), por sua vez, enfatizou que reformar esse artigo da Constituição significa dismantelar a cultura de paz e abrir o país para confrontos geopolíticos estrangeiros.

A base de Manta, onde as tropas dos EUA ficaram estacionadas por 10 anos, faz recordar maus tempos para muitos. Os habitantes da área testemunharam o aumento da prostituição, a subida do custo de vida e o naufrágio de barcos de pesca.

As promessas de emprego e melhores condições de vida para os habitantes da área nunca foram cumpridas.

Os especialistas insistiram em muitas ocasiões que a segurança que os equatorianos almejam não será alcançada somente com uma estratégia militar.

São necessárias políticas sociais que levem a melhores condições de vida, incluindo acesso a trabalho, educação, saúde e água potável, entre outros direitos humanos.

O Tribunal Constitucional terá de decidir sobre a reforma, que será submetida ao escrutínio dos cidadãos em um referendo.

<https://www.radiohc.cu/index.php/pt/especiales/comentarios/384674-bases-militares-estrangeiras-a-aposta-do-presidente-noboa>



Radio Habana Cuba